



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico protocolo 84.690.2023. Contratação por Inexigibilidade de Licitação. Empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

PARECER JURÍDICO

I – Síntese dos fatos:

O Departamento de Compras através da CI 338/2023, solicita, com fulcro no artigo 25, I da Lei .8666/93 processo de inexigibilidade de licitação para contratação da empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86, tendo como objeto:

CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES, conforme demonstra a tabela abaixo:

Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29831436	Licença anual de utilização da plataforma GovPlan Ferramenta tecnológica para auxílio ao Planejamento das Compras Públicas do Município de Dois Vizinhos/PR. Plataforma GovPlan. Código INPI nº BR 51 2023 001999 2.	1	AA	12.990,00	12.990,00
TOTAL						12.990,00

Segundo a justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, constante na ocorrência 01, o Departamento justificou a necessidade da contratação do objeto da seguinte forma:

“(…) 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da NLLCA) A contratação ora pretendida decorre do fato de que após a publicação da Nova Lei de Licitações, a qual já está em vigor, há a necessidade de alinhar as contratações com o Plano Anual de Contratações, o qual deve ser elaborado e, ante essa necessidade, O GOVPLAN é uma solução disponível no mercado que auxilia no enfrentamento desses desafios, fornecendo recursos abrangentes para o planejamento de compras públicas. Trata-se de plataforma online, que foi desenvolvida especificamente para auxiliar no desenvolvimento, implementação e monitoramento do plano anual de contratações (PCA). Com base



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico protocolo 84.690.2023. Contratação por Inexigibilidade de Licitação. Empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

nos dados de compras da sua instituição e preços atualizados, o GOVPLAN fornece um plano de compras personalizado, alinhado às necessidades específicas de nossa instituição, proporcionando transparência, controle e economia de recursos. O Município necessita dar início a esse PAC, visando inclusive auxiliar na prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado – TCE, e, não dispondo de equipe e tempo hábil para confecção de um PAC que atenda todos os requisitos legais, pretende a contratação dessa plataforma, que irá dinamizar e auxiliar na formação desse Instrumento de forma qualitativa e dentro dos parâmetros legais.”

Quanto às soluções disponíveis no mercado o Departamento informou:

“(…) 3. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da NLLCA) A Diretoria de Compras tem a árdua responsabilidade de prover soluções de forma a permitir que os diversos setores da administração possam alcançar os seus objetivos finalísticos através da compra de produtos e contratações de serviços. Pari passu, incumbiu ao Compras a organização dos dados para permitir a construção do Plano Anual de Contratações de forma unificada e sistematizada. Entretanto a tarefa vem se demonstrando complexa tendo em vista a demanda de trabalho rotineira e a quantidade de contratações realizadas nos últimos cinco anos, que devem ser analisadas PREFEITURA MUNICIPAL CNPJ 76.205.640/0001-08 Av. Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR 2 Município de Dois Vizinhos Estado do Paraná para a formulação de um Plano Anual de Contratações fidedigno e que possa ser executado com qualidade. A Contratação dessa ferramenta irá permitir acesso à ferramentas específicas e essenciais ao desempenho dessas ações, pois visa atender plenamente os requisitos de produtividade, criação e usabilidade. Portanto é essencial a aquisição desta ferramenta para suprir as demandas das áreas, em relação à inserção correta, organizada e atualizada, bem como as novas demandas para o ano seguinte, organizando o planejamento das contratações, tornando-se necessária a contratação de empresa, para o serviço contratado. **A empresa a GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, com sede à Rua Doutor Brasília Vicente de Castro, Sala 111 – SL 1001 -10º andar na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86, é autora e única fornecedora no Brasil, do produto GOVPLAN. A empresa é detentora, também, do registro do programa de computador do referido produto junto ao INPI sob o nº BR 51 2023 001999 2, é desenvolvedora e detentora da exclusividade comercial do “GOVPLAN”, conforme atestado expedido pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia de Informação – ASSESPRO, sendo inviável a competição, por que os serviços a serem contratados são os únicos a satisfazer as necessidades da**



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico protocolo 84.690.2023. Contratação por Inexigibilidade de Licitação. Empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

Administração, bem como não havendo no mercado nenhum outro de características similares.(...)” (grifo nosso).

Consta no protocolo também na ocorrência 07, atestado emitido pela Associação Comercial do Paraná em data de 21/07/2023 afirmando que a empresa em questão possui exclusividade no sistema de planejamento governamental projetado para auxiliar as Instituições Públicas no desenvolvimento, implementação e monitoramento do plano anual de contratações, conforme teor abaixo:



ATESTADO

Atestamos para os devidos fins, atendendo solicitação da empresa abaixo identificada os dados e informações a seguir:

- 1) **EMPRESA:** GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, situada na Rua: Doutor Brasilio Vicente de Castro, 111 – SL 1001 – 10º andar, CEP 81.200.526, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86, associada da Associação Comercial do Paraná sob nº 52964
- 2) **REPRESENTANTE LEGAL:** Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, Sócio, portadora do RG. nº 4.086.763-5 SSP/PR e CPF nº 574.460.249-68.
- 3) **PRODUTO/SERVIÇO:** A empresa acima possui exclusividade no sistema de planejamento governamental projetado para auxiliar as Instituições Públicas no desenvolvimento, implementação e monitoramento do plano anual de contratações. Composto por um conjunto de funcionalidades, o Govplan simplifica todo o processo, oferecendo um plano de compras anuais personalizado em apenas alguns cliques. O sistema utiliza como base as compras já realizadas pela instituição, incorporando preços atualizados e análises detalhadas. Dessa forma, o Govplan fornece ao gestor público um plano de compras completo e customizado, alinhado com as necessidades específicas da instituição. Além disso, o Govplan oferece recursos de acompanhamento de prazos, permitindo que o gestor público tenha uma visão clara e organizada das etapas do processo de contratação. Isso garante maior controle e eficiência na gestão, evitando atrasos e garantindo a conformidade com os prazos estabelecidos.
- 4) **VALIDADE:** O presente atestado é emitido com base no art.74, I, da Lei 14133/21 na Lei 8.666/93, conforme previsão do Art. 25º, inciso I, sendo válido pelo período de 12(doze) meses. Destaca-se para os devidos fins de direito que: a) sua emissão se dá exclusivamente com base nas informações, dados e documentos apresentados pela empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA b) para emissão do presente atestado, foram apresentados ainda pela empresa solicitante os documentos abaixo elencados, os quais encontram-se devidamente arquivados na Associação Comercial do Paraná – ACP:

Atos constitutivos da empresa;

- I. Declaração firmada pela empresa que informa os dados acima, sobre os quais assume toda e qualquer responsabilidade, bem como sobre a utilização do presente;
- II. Registro de INPI sob o nº: 930797434 / 930796020 / 930797124 / 930797841
- III. Registro de INPI sob nº: BR512023001992-2

Curitiba, 21 de julho de 2023.

Magalli Maria de Castro de Oliveira
Analista de Processos- SEPROC/SCPC



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico protocolo 84.690.2023. Contratação por Inexigibilidade de Licitação. Empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

O valor total da contratação é de R\$ 12.990,00 (doze mil, novecentos e noventa reais), pelo período de 12 (doze) meses.

Quanto ao preço praticado, o Departamento justificou que : “Trata-se de serviço novo no mercado, o qual ainda não tem parâmetros de contratação idêntica, porém a análise da solução levantada por meio dos valores pagos por ferramentas similares, denota que o valor está dentro da realidade, tendo em vista principalmente o 1º Aditivo ao Contrato 019/2022, em anexo.”

O Secretário de Administração e Finanças autorizou a contratação.

Consta dotação orçamentaria constante na ocorrência 06 do protocolo.

Os recursos financeiros decorrentes da contratação dos serviços, objeto desta licitação, correrão a conta do município, alocados na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO			
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte do recurso
2023	01890	06.001.04.122.0003.2025	00000

O prazo será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura, prorrogável até o limite legal, conforme art. 57 da Lei nº 8.666/93. Havendo prorrogação o índice de reajuste a ser utilizado será o IPCA.

O objeto desta contratação deverá ser realizado de acordo com as orientações da Secretaria de Administração e Finanças, cabendo a gestão do contrato a(ao) Sr(a). Vilmar Possato Duarte.

Já a fiscalização será de responsabilidade do(a) servidor(a) Sr(a). Dione Luiz da Silva, sendo nomeado(a) como suplente o(a) Sr(a). Rudinei Curzel.

II – Da fundamentação jurídica:

Pois bem, o exame desta Procuradoria se dá nos termos da Lei, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de atribuições de cargo.



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico protocolo 84.690.2023. Contratação por Inexigibilidade de Licitação. Empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

Sublinhe-se que a presente apreciação se restringe ao atendimento das exigências legais ao procedimento em tela.

Assim, em regra, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, prevê a necessidade de licitação para obras, serviços, compras e alienações, assegurando igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações., em regra, as contratações da Administração Pública devem resultar da adoção do procedimento licitatório. Todavia, existem casos – exceções - que permitem a contratação direta.

Para os casos de contratação direta, implicando a não adoção da licitação, como procedimento antecedente do contrato, será possível sempre que houver uma das hipóteses legais autorizatória, sob pena de incorrer-se em crime, consoante prescreve o art. 89 da lei nº 8.666/93. Portanto, é preciso muita cautela na interpretação dos casos que ensejam a dispensa ou inexigência da licitação.

Vejamos a hipótese que enquadra a questão trazida nestes autos, conforme dispõe o art. 25 da Lei 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (...)

Assim, o “caput” do art. 25 da Lei nº 8.666/93 prevê a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição, já o inciso I prevê a possibilidade de aquisição de produtos de fornecedor exclusivo e o inciso II prevê a possibilidade de inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13, autorizando assim, a contratação direta pela Administração Pública.

Ainda, o artigo 26 da referida Lei, é claro ao estabelecer o procedimento mínimo necessário para a contratação direta através de dispensa ou inexigibilidade:



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico protocolo 84.690.2023. Contratação por Inexigibilidade de Licitação. Empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados”

Resta pois evidente o interesse público na situação, existindo portanto justificativa plausível para a contratação.

A exclusividade da empresa a ser contratada está fundamentada na declaração da ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFOMAÇÃO REGIONAL, PARANÁ (ASSESPRO-PR), na qual consta que a empresa em questão é autora e fornecedora exclusiva no Brasil do produto GOVPLAN.

Além disso, Consta também atestado emitido pela Associação Comercial do Paraná em data de 21/07/2023 afirmando que a empresa em questão possui exclusividade no sistema de planejamento governamental projetado para auxiliar as Instituições Públicas no desenvolvimento, implementação e monitoramento do plano anual de contratações,

Neste liame, a respeito do tema, convém mencionar o entendimento do doutrinador Marçal Justen Filho, conforme a seguir:

“Haverá hipóteses em que a única alternativa disponível está tutelada por privilégio de exclusividade, segundo as regras de propriedade imaterial (direitos autorais, direitos de propriedade industrial). Suponha-se a necessidade de adquirir um certo equipamento que está tutelado por patente de invenção. É óbvio que o Estado não poderá adquirir produto equivalente, fornecido irregularmente por quem não é titular de direitos de comercialização. Mas a ausência de direito de exclusividade não elimina a inviabilidade de competição quando se caracteriza a mera circunstância fática de ausência de outro sujeito em condições de produzir objeto equivalente” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11 ed. São Paulo: Dialética, 2005. P. 277).



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico protocolo 84.690.2023. Contratação por Inexigibilidade de Licitação. Empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

Desta forma, tendo em vista as considerações acima, entende-se à priori pela POSSIBILIDADE de contratação da empresa em questão via inexigibilidade, na forma prevista no artigo 25, I da Lei nº 8.666/93.

No que se refere a certidão de exclusividade propriamente dita, assinale-se que incumbe à própria Administração, a verificação da sua veracidade, conforme determina a Orientação Normativa AGU nº16, de 1º de abril de 2009, e também a Súmula nº 255/2010 do TCU que dispõe:

“Nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade.”

Salienta-se ainda, que a veracidade deverá ser examinada de forma ampla, abrangendo tanto seus aspectos formais (condições da entidade emitente para aferir a exclusividade - conforme observações acima feitas, autenticidade do documento considerando possível falsificação, etc.), quanto no seu teor (verificação de que o disposto no atestado condiz com a realidade, consultando as fontes necessárias, se for o caso – v.g., fabricante, produtor, etc.).

No que tange a possibilidade de prorrogação do referido contrato, esta procuradora entende que, caso a natureza do objeto do contrato em questão se encaixe ao estabelecido no art. 57 da Lei nº 8666/93, não existe impedimento em fazer a prorrogação de vigência. Porém, recomenda-se que o seu órgão tome os devidos cuidados para demonstrar que somente a empresa atualmente contratada continua sendo exclusiva.

Em outras palavras, para prorrogar a vigência do contrato, deve-se comprovar que para aquele objeto em questão, a competição e, consequentemente, a realização de procedimento licitatório ainda é inviável. Além disso necessário se faz a comprovação de que a empresa continua praticando preços similares para outros órgãos ou até mesmo para empresas privadas (preços dentro da média do mercado).

Ademais, a contratada deve comprovar a regularidade fiscal para realizar contrato com a Administração Municipal, devendo este observar as certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais, estaduais, municipais, previdenciárias, e trabalhista, além de certificado de regularidade do FGTS, cumprindo o estabelecido no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993.



Município de Dois Vizinhos

Parecer Jurídico protocolo 84.690.2023. Contratação por Inexigibilidade de Licitação. Empresa GOVPLAY SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, CNPJ sob o nº 50.768.912/0001-86. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DO CALENDÁRIO ANUAL DE CONTRATAÇÕES.

Salienta-se, por fim, a necessidade de cumprir os demais procedimentos como a comunicação à autoridade superior, ratificação da inexigibilidade e sua publicação (art. 26, caput, Lei Geral de Licitações).

III – Conclusão:

Diante do exposto, restrito aos aspectos jurídicos-formais, opino favoravelmente a contratação do serviço em tela por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso I, Lei nº Federal nº 8.666/93, desde que preenchidos os requisitos legais, consoante a fundamentação supra.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dois Vizinhos/PR, 04 de setembro de 2023.

Kelin Ghizzi – OAB/PR 41.860
Advogada Pública de Dois Vizinhos-PR